



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS –
CÂMPUS POUSO ALEGRE

EDITAL
CONCORRÊNCIA 01/2014

PROCESSO: 23502.000712.2015-68
IFSULDEMINAS – CAMPUS POUSO ALEGRE – UASG: 154811

PREÂMBULO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Pouso Alegre, neste ato denominado IFSULDEMINAS – Câmpus Pouso Alegre, torna público para conhecimento dos interessados que a Comissão Especial de Licitação designados pela Portaria nº 74, de 08 de junho de 2015, que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, conforme descrição contida neste edital e seus anexos.

O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 8.666/1993, à Lei Complementar nº 123/2006, à Instrução Normativa SLTI/MPOG 2/2010, ao Decreto 6.204/2007, Lei 8.987/1995, Lei 9.074/1995, Lei nº 9.636/1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.725/2001, demais legislações correlatas e as exigências previstas neste edital e seus anexos.

A participação neste certame é para empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

DAS DATAS PARA ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA:

Entrega dos Envelopes:	Até às 09:30 horas do dia 31/08 /2015 . (horário de Brasília)
Abertura dos Envelopes:	Dia 31 /08 / 2015 , às 09:30 horas. (horário de Brasília)
Endereço da Sessão Pública:	Sala de Reuniões da Reitoria do IFSULDEMINAS, localizado à Avenida Vicente Simões, nº 1.111, Nova Pouso Alegre, CEP 37.550-000, Pouso Alegre/MG.

DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta licitação é contratação de pessoa jurídica especializada no ramo de serviços de alimentação coletiva para produção e fornecimento, com equipamentos próprios, de refeições do tipo almoço, café da manhã e café da tarde e lanche da noite, bem como para oferta de serviços de lanchonete à comunidade acadêmica do

CONCEDENTE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, com cobrança de preço fixo máximo de R\$ 8,00 (oito reais) por almoço, R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por café da manhã, R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por café da tarde (cada) e R\$ 3,00 (três reais) por lanche da noite, conforme pesquisa de mercado realizada e orçamento previsto do Câmpus Pouso Alegre, com cessão onerosa de espaço público de 445 m², providos de 30 mesas e 180 cadeiras no refeitório, destinado à exploração da atividade de restaurante/lanchonete no Câmpus Pouso Alegre

1.2. O imóvel se localiza no IFSULDEMINAS – Câmpus Pouso Alegre, na Avenida Maria da Conceição Santos, nº 1.730, bairro Parque Real, CEP: 37.550-000, Pouso Alegre, Minas Gerais .

1.3. Objetos Específicos:

1.3.1. Oferecer cardápios diversificados, conforme relação de itens não exaustiva constante no Anexo I – Projeto Básico.

1.3.2. Produzir e/ou comercializar alimentos isentos de riscos de enfermidades de origem alimentar de qualquer natureza.

1.4. O Objeto inclui o fornecimento de:

1.4.1. Gêneros e produtos alimentícios e bebidas não alcoólicas;

1.4.2. Materiais de consumo em geral, utensílios, descartáveis, materiais de higiene e limpeza, entre outros necessários para a perfeita execução dos serviços;

1.4.3. Mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo, capacitados e em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, bem como, se for o caso, veículo para transporte dos alimentos até o local a ser atendido, compatível com a quantidade contratada, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária.

1.4.4. Equipamentos, utensílios e mobiliários de cozinha e refeitório em quantidades adequadas e suficientes para o pleno funcionamento das atividades do serviço de restaurante/lanchonete.

1.5. O Objeto desta prestação de serviço deverá atender às legislações pertinentes, suas alterações, e demais normas aplicáveis ao objeto:

1.5.1. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Portaria 1428, de 26/11/93. Regulamento Técnico sobre Inspeção Sanitária, Boas Práticas de Produção e/ou Prestação de Serviços e Padrão de Identidade e Qualidade na área de alimentos;

1.5.2. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n. 275, de 21/10/02. Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos estabelecimentos de Alimentos e a lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos produtores de alimentos. Brasília, DF. DOU de 23/10/2002;

1.5.3. Ministério de Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC 216, de 15 de Setembro de 2004. Dispõe sobre regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, DF. DOU de 16/06/2004.

DOS ANEXOS

1.6. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.6.1. Anexo I – Projeto Básico;

- 1.6.2. Anexo II – Modelo de declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico;
- 1.6.3. Anexo III – Modelo de declaração de vistoria;
 - 1.6.3.1. Anexo III – A – Declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da concessão;
- 1.6.4. Anexo IV – Modelo de declaração de ciência dos serviços;
- 1.6.5. Anexo V – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- 1.6.6. Anexo VI – Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99);
- 1.6.7. Anexo VII – Modelo de declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- 1.6.8. Anexo VIII – Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte;
- 1.6.9. Anexo IX - Modelo de declaração de responsabilidade de qualificação dos membros da equipe técnica;
 - 1.6.9.1. Anexo IX-A – Declaração de indicação do profissional;
- 1.6.10. Anexo X – Modelo de proposta;
- 1.6.11. Anexo XI – Planta Restaurante/Lanchonete;
- 1.6.12. Anexo XII – Minuta do Contrato.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 1.7. Poderão participar desta licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**.
- 1.8. Também poderão participar quaisquer outros interessados pertencentes ao ramo de atividade que, embora não cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, atendam a todas as condições exigidas para cadastramento, até o recebimento das propostas, desde que também atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.
- 1.9. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:
 - 1.9.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;
 - 1.9.2. Em dissolução ou em liquidação;
 - 1.9.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 1.9.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;
 - 1.9.5. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - 1.9.6. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 1.9.7. Estrangeiras que não funcionem no País;

- 1.9.8. Que estejam reunidas em consórcio;
- 1.9.9. Que se enquadrem em quaisquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 1.10. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

DA JUSTIFICATIVA DO IMPEDIMENTO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS

- 1.11. Considerando que o serviço resultante do objeto desta licitação não é de execução complexa, provavelmente várias empresas não necessitarão se consorciar com outras para serem capazes de fornecer o objeto. Portanto, a reunião de empresas em consórcio foi impedida a fim de promover a competitividade.

DO CREDENCIAMENTO

- 1.12. O licitante, ou o seu representante, deverá, preferencialmente, na mesma ocasião da entrega de seus envelopes, apresentar-se à Comissão Especial de Licitação para efetuar seu credenciamento como participante desta licitação, munido da sua carteira de identidade e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a este certame.
 - 1.12.1. O credenciamento poderá ser efetuado durante a sessão pública, antes de quaisquer manifestações em nome do licitante a ser representado.
 - 1.12.2. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do licitante.
- 1.13. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.
 - 1.13.1. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.
 - 1.13.2. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.
- 1.14. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante. Aquele que já tiver, na sessão pública, manifestado em nome de um licitante, não poderá mais optar por representar outro, nesta mesma sessão.
- 1.15. Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação ou publicação em órgão da imprensa oficial.
 - 1.15.1. Não terá por comprovada a autenticidade de documentos por meio de cópias que não sejam das originais (cópia de cópia).

DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA

- 1.16. Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos, um contendo

os documentos de habilitação e o outro, a proposta de preço da oferta. Não será recebido qualquer um dos envelopes mencionados, isoladamente.

1.17. A fim de evitar riscos quanto a eventuais polêmicas sobre a entrega tempestiva dos envelopes, não será permitido o encaminhamento de envelopes por via postal, mas serão recebidos pela Comissão de Licitação, mediante recibo, aqueles entregues por qualquer pessoa, desde que apresente seu documento de identidade.

1.18. Se por ventura mais de um conjunto de envelopes de um mesmo licitante for entregue à Comissão de Licitação, terá preferência, para efeito de participação no certame, aquele apresentado por representante devidamente credenciado; se mais de um par de envelopes do mesmo licitante tiver sido entregue dessa forma, terá preferência aquele apresentado por último, tempestivamente.

1.18.1. Os envelopes poderão ser entregues até o dia anterior da licitação no Setor de Licitações do Câmpus Pouso Alegre, localizado à Avenida Maria da Conceição Santos, nº 1.730, bairro Parque Real, CEP 37.550-000, Pouso Alegre/MG. No dia da licitação, os envelopes somente poderão ser entregues no local da Sessão Pública – Sala de Reuniões da Reitoria, localizado na Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pouso Alegre, CEP: 37.550-000, Pouso Alegre/MG. A Comissão de Licitação não responsabilizará pelos envelopes entregues em quaisquer outras repartições diferentes do setor acima mencionado, inclusive aqueles entregues a recepcionistas do órgão.

1.18.2. Serão recebidos envelopes apresentados após o momento definido previamente no preâmbulo deste edital, somente se o responsável por entregá-los apresentar-se para tanto, no Setor de Compras e Licitações, até o dia anterior e até o horário limite determinado na Sala de Reuniões da Reitoria, e estiver aguardando a disponibilidade da Comissão de Licitação para atendê-lo.

1.18.2.1. Depois de ultrapassado esse horário, exceto na situação acima, nenhum outro será recebido, tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preço apresentadas.

1.19. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta com o valor ofertado deverão ser entregues em envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo em suas partes externas e frontais os seguintes dizeres:

ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
IFSULDEMINAS – CÂMPUS POUSO ALEGRE
CONCORRÊNCIA 01/2015
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE <preencher com a razão social do licitante>
CNPJ <preencher com o CNPJ do licitante>

ENVELOPE 2 - PROPOSTA DE PREÇO
IFSULDEMINAS – CÂMPUS POUSO ALEGRE
CONCORRÊNCIA 01/2015
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE <preencher com a razão social do licitante>
CNPJ <preencher com o CNPJ do licitante>

- 1.19.1. Divergências dos dizeres nas partes externas dos envelopes em relação à forma acima indicada não serão impedimento para participação no certame, desde que não deixem dúvidas quanto: à descrição do conteúdo dos envelopes, à licitação a que se refere e ao licitante.
- 1.20. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 1)

- 1.21. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados, exceto aqueles abrangidos em seu cadastro no SICAF, em situação regular, validados e atualizados:

1.21.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- 1.21.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 1.21.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.21.1.2.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 1.21.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 1.21.1.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- 1.21.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e demais documentos equivalentes àqueles das empresas brasileiras;

1.21.2. Relativos à Qualificação Técnica:

- 1.21.2.1. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal considerados essenciais para a execução contratual, conforme modelo Anexo II.
- 1.21.2.2. Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da abertura das propostas, profissional de nível superior reconhecido pelo Conselho Regional de Nutricionistas, detentor de atestado ou declaração de responsabilidade técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a elaboração de cardápio e fiscalização de preparo e fornecimento de refeições em características técnicas similares às do objeto da presente licitação.
- 1.21.2.2.1. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de

registro de empregado, ou ainda do contrato de prestação de serviços ou outro documento de mesmo valor probatório.

1.21.2.2.2. É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará as empresas envolvidas.

1.21.2.2.3. Declaração indicando o nome, CPF, nº do registro na entidade profissional competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta concorrência, conforme modelo no Anexo IX - A;

1.21.3. Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

1.21.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida até 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

1.21.4. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

1.21.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

1.21.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal vigente, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.21.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

1.21.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

1.21.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

1.21.4.5.1. Caso a certidão municipal não informe sua data de validade, o licitante deverá apresentar, juntamente a essa, no Envelope 1, outro documento hábil que comprove a plena validade de tal certidão.

1.21.4.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

1.21.4.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

1.21.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

1.21.5. Documentos complementares:

1.21.5.1. Declaração de futura disponibilidade de aparelhamento, instalações e pessoal de acordo com o Anexo II do edital;

1.21.5.2. Declaração de Vistoria, assinado pelo representante do IFSULDEMINAS de acordo com o Anexo III deste edital, ou Declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da concessão;

1.21.5.3. Declaração de ciência e aceitação das condições do Edital. Conforme Anexo IV do edital;

- 1.21.5.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este edital (artigo 32, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993). Conforme Anexo V do edital;
- 1.21.5.5. Declaração de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este edital, conforme Anexo VI;
- 1.21.5.6. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme modelo anexo ao edital, conforme Anexo VII.
- 1.22. O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro, desde que estejam validados e atualizados.
- 1.22.1. A verificação se dará mediante consulta online, quando da abertura dos envelopes, devendo o resultado ser impresso, assinado pelos membros da Comissão e por todos os representantes dos licitantes presentes, e anexado ao processo.
- 1.22.2. Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, a Comissão verificará se o documento válido correspondente consta do envelope de habilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.
- 1.23. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.
- 1.24. Os documentos poderão ser autenticados pela Comissão Especial de Licitação, a partir do original, até 24 horas antes da abertura dos envelopes documentação;
- 1.25. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.
- 1.26. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste edital e seus anexos, exceto no caso de o licitante não estiver regular no SICAF e comprovar, exclusivamente, mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço – RSS, a entrega da documentação pendente à sua Unidade Cadastradora, no prazo regulamentar, situação em que a sessão pública será suspensa para proceder diligência, na forma estabelecida no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/1993.
- 1.27. A ausência de quaisquer documentos de apresentação obrigatória no Envelope 1, implica considerar o licitante inabilitado no certame.

DA PROPOSTA DO VALOR OFERTADO (ENVELOPE 2)

- 1.28. A proposta poderá ser feita conforme modelo anexo a este edital, devendo ser emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e

assinada, como também rubricada em todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, e deverá conter ainda as seguintes características:

- 1.28.1. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico;
- 1.28.2. Valor ofertado, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional, não superior preço fixo máximo de R\$ 8,00 (oito reais) por almoço e R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por café da manhã e R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por café da tarde e R\$ 3,00 (três reais) por lanche da noite.
 - 1.28.2.1. No valor ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação do objeto;
- 1.28.3. Prazo de validade da proposta não inferior a sessenta dias, a contar da data de abertura do certame.
- 1.29. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
 - 1.29.1. Se o prazo de validade estiver ausente na proposta, será considerado o de 60 (**sessenta**) dias; se prazo inferior a esse vier explícito na proposta, ela será desclassificada;
 - 1.29.2. O prazo para início dos serviços deverá constar na proposta e será de, no máximo 15 (quinze) dias úteis do conhecimento da Ordem de Serviço;
- 1.30. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

DA VISITA TÉCNICA

- 1.31. Poderá ser realizada visita técnica, podendo ser realizada até o penúltimo dia útil anterior à data da abertura das propostas.
- 1.32. a visita técnica deverá ser agendada através do telefone (35) 3427-6600, e-mail: compras.pousoalegre@ifsuldeminas.edu.br ou pessoalmente no câmpus localizado na Avenida Maria da Conceição Santos, nº 1.730, bairro Parque Real, CEP: 37.550-000, Pouso Alegre, Minas Gerais, no horário de 9h às 11h30 e de 14h às 16h30, e realizada por representantes credenciados pelas empresas interessadas, visando informações sobre as condições que possam afetar os custos e o andamento dos serviços, não se responsabilizando a CONCEDENTE por qualquer fato que impossibilite o agendamento desta visita. A visita técnica tem, também, a finalidade de esclarecer dúvidas das empresas interessadas em participar do certame licitatório e para fins de conhecimento do local, para os quais está se contratando o objeto da licitação;
- 1.33. a empresa licitante deverá ter pleno conhecimento dos requisitos, termos e condições do edital e seus anexos, bem como do local onde serão executados os serviços objeto desta licitação, não podendo invocar desconhecimento como fator impeditivo da correta formulação das propostas;

- 1.34. os representantes legais da empresa deverão portar a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente. Não será permitido que um mesmo preposto represente mais de uma empresa.
- 1.35. No caso da empresa optar em não fazer a vistoria, ela deverá emitir uma declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da concessão.

DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

- 1.36. No dia, horário e local designados neste edital, em ato público, a Comissão Especial de Licitação, de posse dos Envelopes 1 e 2, procederá à abertura da licitação.
- 1.36.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.
- 1.37. A seguir, serão identificados os licitantes.
- 1.38. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 1.38.1.1. SICAF;
- 1.38.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 1.38.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 1.38.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 1.38.3. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 1.39. Não ocorrendo inabilitação na situação acima, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme item próprio deste edital.
- 1.40. Em seguida proceder-se-á à abertura dos Envelopes 1 – Documentos de Habilitação.
- 1.41. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e consultado o SICAF.
- 1.41.1. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir, informando os licitantes.
- 1.41.1.1. Na hipótese acima, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes 2 – Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta,

até que seja concluída a fase de habilitação.

- 1.42. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope 2, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.
- 1.43. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes 2 – Proposta com a oferta dos licitantes habilitados poderão ser abertos, na mesma sessão, a critério da Comissão de Licitação, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.
 - 1.43.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes 2 - Proposta de Preço serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.
 - 1.43.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento.
- 1.44. As propostas com a oferta dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste edital.
- 1.45. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.
- 1.46. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes dos licitantes presentes.

DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 1.47. Será considerado inabilitado o licitante que:
 - 1.47.1. Não apresentar os documentos exigidos neste edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte.
 - 1.47.2. Incluir a proposta com a oferta de valor no Envelope 1.
- 1.48. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 1.49. O critério de julgamento será o do tipo “menor preço” vencendo a proposta que oferecer o menor preço no somatório das refeições do tipo almoço, café da manhã, café da tarde e lanche da noite, sendo o preço fixo máximo de R\$ 8,00 (oito reais) por almoço e R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por café da manhã e R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por café da tarde e R\$ 3,00 (três reais) por lanche da noite.
- 1.50. Será desclassificada a proposta que:
 - 1.50.1. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

- 1.50.2. Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente edital;
- 1.50.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico;
- 1.50.4. Apresentar valor da oferta superior àquele definido pela administração;
- 1.50.5. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
- 1.51. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 1.52. Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.
- 1.53. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.
 - 1.53.1. Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado, a despeito das ausências.
 - 1.53.2. O sorteio será feito através da aposição em cédulas dos nomes dos licitantes empatados, sendo que ditas cédulas deverão ser colocadas em um recipiente, tipo caixa, misturadas, do qual será retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada, e assim se retirando as cédulas sucessivamente, até que se classifiquem todos os licitantes então empatados.
- 1.54. Após o julgamento e a classificação final das propostas, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 1.54.1. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela administração quando requerida pelo licitante, dentro de período do primeiro prazo, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.
 - 1.54.2. O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.
 - 1.54.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 1.55. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- 1.56. Após o regular decurso da fase recursal, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação e consequente

adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

DO CONTRATO

- 1.57. Após a homologação e adjudicação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 1.57.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela administração.
- 1.58. Antes da assinatura do contrato, o contratante realizará consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 1.59. É facultado à administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste edital.
- 1.60. O contratado deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 1.61. Correrão por conta do contratado quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o contrato.
- 1.62. O prazo de vigência do contrato, que coincidirá com o período da concessão, será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, prorrogável por igual período, ou seja, por mais 12 (doze) meses, mediante ajuste entre as partes interessadas;
- 1.62.1. o prazo para início do funcionamento do restaurante e lanchonete será de quinze dias úteis, contado a partir do conhecimento, por parte da CONTRATADA, da Ordem de Serviço, documento equivalente ou qualquer outra forma de aviso formal;
- 1.63. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

DA SUBCONTRATAÇÃO

- 1.64. É vedada a subcontratação para execução das atividades destinadas ao imóvel, objeto desta concessão.

DO PREÇO

- 1.65. O valor mensal a ser pago pela CONTRATADA pelo uso do espaço público decorrente da concessão onerosa de imóvel do IFSULDEMINAS Câmpus Pouso Alegre mencionado no item 10 do Projeto Básico, considerando avaliação técnica feita por corretor do município, será de R\$ 2.166,67 (Dois mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) referente a cessão do espaço público;

- 1.66. No valor mensal ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, impostos estaduais, municipais e federais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação do objeto;
- 1.67. A CONTRATADA providenciará, às suas custas, alvará de funcionamento, aprovação de toda e qualquer documentação exigida pelos poderes competentes dos serviços públicos, incluindo vigilância sanitária, para execução dos trabalhos objeto desta licitação;
- 1.68. O pagamento do valor devido pela CONTRATADA deverá ser feito até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, sendo que primeiro pagamento só será efetuado após o início da prestação de serviços por parte da contratada;
- 1.69. Após a realização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar comprovante do mesmo para a CONCEDENTE;
- 1.70. O atraso no cumprimento desta obrigação acarretará para a CONTRATADA multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor a ser pago, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao dia, a ser contabilizado no período correspondente ao atraso;
- 1.71. O não pagamento após 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo, sem motivo justificado e aceito pela direção do Câmpus Pouso Alegre do IFSULDEMINAS será aplicada às sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93;
- 1.72. Após o prazo de 90 (noventa) dias de inadimplência, a cessão de uso será automática e unilateralmente cancelada pelo IFSULDEMINAS, perdendo a CONTRATADA em favor do CONCEDENTE, todos os valores já pagos, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;
- 1.73. O pagamento do valor devido pelo uso do espaço público, decorrente da cessão onerosa, será ser reajustado a cada 12 (doze) meses, com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) do período ou outro indexador oficial que vier a substituí-lo;
- 1.74. Dar-se-á, de pleno direito, independente da lavratura de Termo Aditivo ao Contrato, a redução da periodicidade de reajuste, quer por ato da reitoria do IFSULDEMINAS ou por dispositivo legal;
- 1.75. Se por motivo de caso fortuito ou de força maior o espaço físico cedido ficar inacessível à CONTRATADA, no todo ou em parte, o valor mensal da cessão de uso será subtraído em 1/30 (um trinta avos) do seu valor, por dia útil de privação de uso, excluindo-se os domingos do período de inacessibilidade;
- 1.76. Durante os períodos de férias e recesso escolar e em períodos de paralisações igual ou superior a 15 (quinze) dias, em que a demanda seja comprovadamente reduzida, mediante requerimento expresso da CONTRATADA, o valor pelo uso do espaço público decorrente da cessão onerosa será reduzido pela CONCEDENTE em até 50% (cinquenta por cento) de seu valor, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato com a execução do serviço;

- 1.77. Para o cálculo do percentual de desconto a ser concedido, será utilizada a seguinte fórmula: $D = (R/M) \times 100$; onde: D = % de redução na concessão onerosa no mês de recesso; R = nº refeições servidas no mês de recesso; e M = média de refeições servidas nos meses sem recesso;
- 1.78. O requerimento para redução do valor deverá ser entregue à Coordenação de Administração e Finanças do Câmpus Pouso Alegre, que o encaminhará aos responsáveis pela análise e deferimento, se de acordo, do pedido.
- 1.79. Os preços dos produtos ofertados na lanchonete não poderão ser superiores aos de igual qualidade praticados no mercado da região da cidade onde será instalada a lanchonete/restaurante, objeto desta concessão de uso.

DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO

- 1.80. O valor da concessão poderá ser ajustado e corrigido anualmente, de acordo com o IGPM (FGV) e na falta deste, pelo INPC (IBGE), ou, outro índice substitutivo.
- 1.81. O valor mensal também poderá ser reajustado sempre que houver prorrogação contratual, nas mesmas condições especificadas no subitem anterior.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE E DA CONCESSIONÁRIA

- 1.82. As obrigações do concedente e da concessionária são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do contrato, bem como neste edital, seus anexos e na proposta apresentada.

DO PAGAMENTO

- 1.83. A CONCESSIONÁRIA efetuará, mensalmente, o recolhimento do valor correspondente à concessão de uso, através de Conta Única da União, até o décimo dia do mês subsequente ao uso, sendo de sua responsabilidade gerar a Guia de Recolhimento da União – GRU para a Unidade Gestora promotora desta Licitação, com código de recolhimento adequado ao objeto licitado, devendo apresentá-la quitada ao setor de finanças do IFSULDEMINAS - Câmpus Pouso Alegre ou ao fiscal do contrato, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao mês de referência;
- 1.83.1. O pagamento devido pela concessionária, quando se referir a fração de mês, será o valor mensal contratado, dividido por trinta e multiplicado pela quantidade de dias que a concessão esteve em vigor.
- 1.84. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o concedente não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a concessionária deverá pagar a taxa de encargos moratórios devida, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

DA FISCALIZAÇÃO

- 1.85. A execução das atividades no imóvel desta concessão será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do concedente, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.
- 1.86. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da concessionária e nem confere ao

concedente responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços decorrentes desta concessão.

- 1.87. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante do concedente encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela concessionária, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 1.88. As infrações e das sanções administrativas estão estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do contrato.

DOS RECURSOS

- 1.89. Dos atos da administração, praticados no curso desta licitação, serão admitidos os seguintes recursos:
- 1.89.1. Recurso hierárquico, no prazo de **dois** dias úteis, a contar da intimação do ato, ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:
- 1.89.1.1. habilitação ou inhabilitação da licitante;
 - 1.89.1.2. julgamento das propostas;
 - 1.89.1.3. anulação ou revogação da licitação;
 - 1.89.1.4. indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
 - 1.89.1.5. rescisão do Contrato por ato unilateral da administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/1993;
 - 1.89.1.6. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.
- 1.89.2. Representação, no prazo de **dois** dias úteis, a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
- 1.89.3. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (**dez**) dias úteis, a contar da intimação do ato, no caso de declaração de inidoneidade por decisão do Ministro de Estado.
- 1.90. Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de **dois** dias úteis.
- 1.91. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **cinco** dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado.
- 1.91.1. A decisão deverá ser proferida no prazo de **cinco** dias úteis, contando do recebimento do recurso.

DA SUSTENTABILIDADE

- 1.92. No que couber, os serviços a serem executados pelo contratado no imóvel objeto desta concessão deverão ser executados de forma a estar inseridos num conceito sistêmico de sustentabilidade, ou seja, a prioridade é a utilização de soluções e técnicas sustentáveis, ecologicamente corretas, sempre que esse uso for justificado pela pertinência dos tipos de material e equipamentos ao contexto da região que eles estão inseridos, de acordo com a Instrução Normativa MPOG 1/2010.

DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 1.93. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão responsável pela presente licitação, em até três dias úteis anteriores à data de abertura do certame.
- 1.94. As disposições deste edital poderão ser objeto de impugnação, se violarem disposições legais, especialmente da Lei nº 8.666, de 1993, nos seguintes termos:
- 1.94.1. Por parte de qualquer cidadão, desde que protocole o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação;
- 1.94.2. Por parte do licitante, desde que protocole o pedido até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes de habilitação; do contrário, a comunicação não terá o efeito de recurso.
- 1.94.2.1. Considera-se licitante, para esse fim, aquele que, na data do pedido de impugnação, comprovar ter atividade pertinente ao objeto desta licitação.
- 1.94.3. A impugnação tempestiva não impede o licitante de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão correspondente.
- 1.95. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 1.96. Tanto os pedidos de esclarecimentos como os de impugnação, poderão ser feitos mediante petição a ser apresentada em uma das seguintes formas:
- 1.96.1. Digitada ou datilografada, protocolizando o original no Setor de Compras e Licitações, localizado à Avenida Maria da Conceição Santos, nº 1.730, bairro Parque Real, CEP: 37.550-000, Pouso Alegre/MG, em dia útil, das 9h às 11h30min ou das 14h às 16h30min;
- 1.96.2. Enviada para o endereço eletrônico compras.pousoalegre@ifsuldeminas.edu.br
- 1.97. O IFSULDEMINAS não se responsabilizará por eventuais falhas de ordem técnica no sistema de comunicação que venham impedir o envio e o recebimento dos pedidos de esclarecimentos ou de impugnação no prazo estipulado, quando enviados por e-mail.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.98. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o edital e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.
- 1.99. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 1.100. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 1.101. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a

formulação das propostas.

- 1.102. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação contrária da Comissão de Licitação.
- 1.103. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 1.104. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à concessão.
- 1.105. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 1.106. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na administração.
- 1.107. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 1.108. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 1.109. Todas as peças que compõem o processo são complementares entre si. Assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida. Não será admitida a argumentação de desconhecimento de serviço a ser executado devido sua omissão em algum documento.
- 1.110. O edital e seus anexos, assim como os demais autos do processo administrativo, permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Compras e Licitações do IFSULDEMINAS – Câmpus Pouso Alegre, à Avenida Maria da Conceição Santos, nº 1.730, bairro Parque Real, CEP 37.550-000, Pouso Alegre/MG, nos dias úteis, das 9h às 11h30min ou das 14h às 16h30min.
 - 1.110.1. O edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br
- 1.111. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 1.112. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666/1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

DO FORO

- 1.113. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Pouso Alegre, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Pouso Alegre (MG), 16 de julho de 2015.

João Paulo Silveira de Almeida
Presidente da Comissão Especial de Licitação

De acordo:

Luiz Ricardo de Moura Gissoni
Diretor de Administração e Planejamento

Aprovo:

Marcelo Carvalho Bottazzini
Diretor Geral *Pró-tempore*